



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de abril de 2026 - Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanco

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Campinas

CNPJ: 61.699.567/0054-02

Nota de Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - CENTRO ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CEAF CAMPINAS**. As Atas de Reuniões e o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrações contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2026.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante	25.078.338,77	23.535.972,78	
Caixa e Equivalentes	25.078.338,77	23.535.972,78	
de Caixa (Nota 3.1 e 3.1.1)	20.708,06	5.725,56	
Clientes e Outros Recebíveis (Nota 3.2 e 3.2.1)	875.221,31	3.634.904,21	
Créditos e Contas a Receber (Nota 3.3)	458.472,77	434.348,32	
Estoques (Nota 3.4 e 3.4.1)	23.723.926,60	19.428.885,39	
Despesas Antecipadas (Nota 3.5)	0,00	9.309,30	
Ativo Não Circulante	3.835.200,15	12.297,00	
Saúde com Restrição	3.835.200,15	12.297,00	
Realizável a Longo Prazo	3.835.200,15	12.297,00	
Depósitos Judiciais Trabalhista (Nota 3.6)	12.297,00	12.297,00	
Créditos e Valores de Longo Prazo (Nota 3.6.1 e 3.6.2)	3.822.903,15	0,00	
Total do Ativo	28.913.538,92	23.548.269,78	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			
Comparativo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 5) - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
2025	2024	2025	2024
Passivo Circulante	27.583.232,01	21.832.953,40	
Saúde com Restrição	27.583.232,01	21.832.953,40	
Obrigações Trabalhistas (Nota 3.8)	478.317,03	484.557,80	
Obrigações Tributárias e Previdenciárias (Nota 3.9)	76.938,07	78.919,66	
Fornecedores e Prestadores de Serviços (Nota 3.10)	505.443,32	288.215,93	
Subvenções e Parcerias a Realizar (Nota 3.11)	790.573,29	0,00	
Contas a Pagar (Nota 3.12)	2.063.525,65	1.607.494,63	
Outros Obrigações	23.668.434,65	19.373.765,38	
Passivo Não Circulante	1.722.084,85	1.715.316,38	
Saúde com Restrição	1.722.084,85	1.715.316,38	
Processos Oribundis	0,00	0,00	
Contingência (Nota 3.14)	1.722.084,85	1.715.316,38	
Total do Passivo	29.305.316,86	23.548.269,78	
Patrimônio Líquido (Nota 5)	(991.777,94)	0,00	
Superávit (Déficit) do Período	0,00	0,00	
Superávit (Déficit) do Período - Saúde	(991.777,94)	0,00	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	28.913.538,92	23.548.269,78	
Compensação Ativo	46.260,36	44.923,39	
Saúde com Restrição	46.260,36	44.923,39	
Compensações (Nota 3.7)	46.260,36	44.923,39	
Compensação Passivo	(46.260,36)	(44.923,39)	
Saúde com Restrição	(46.260,36)	(44.923,39)	
Compensações (Nota 3.7)	(46.260,36)	(44.923,39)	

Comparativo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 5) - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
2025	2024	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	0,00	0,00	
Superávit/Déficit do Exercício/Período	(391.777,94)	0,00	
Ajustes de Conciliação e Resultado as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	0,00	0,00	
Depreciação e Amortização	0,00	0,00	
Resultado Venda/Baixa Ativos e Passivos	0,00	0,00	
Ajustes Contas Patrimônio Líquido	0,00	0,00	
Variáveis Ativos e Passivos	0,00	0,00	
(+) Redução Contas a Receber	(1.040.230,28)	(2.460.374,84)	
(+) Redução Outros Créditos	(24.124,45)	(8.911,23)	
(-) Redução Despesas Antecipadas	9,30	9,30	
(-) Redução Estoques	(571,94)	10.215,56	
Aumento (-) Fornecedores	217.227,39	(25.963,54)	
Aumento (-) Doações e Subvenções/Contratos	790.573,29	0,00	
Aumento (-) Contas a Pagar e Provisões	454.577,13	2.488.785,65	
Aumento (-) Bens de Terceiros	1.336,97	0,00	
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	16.319,47	3.752,83	
(+) Recebimento pela Venda de Ativo Imobilizado	0,00	0,00	
(-) Aquisições de Imobilizado	0,00	0,00	
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.336,97)	0,00	
(-) Adição de Bens Intangíveis	0,00	0,00	
Direito de Uso	0,00	0,00	
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	(1.336,97)	0,00	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	0,00	0,00	
Captação de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
(-) Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	0,00	0,00	
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalente	14.982,50	3.752,83	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	5.725,56	1.972,73	
Saldo Final de Caixa e Equivalente	20.708,06	5.725,56	

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos n.ºs. 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primária da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando os laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolidada, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso a saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, biotécnicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atuando na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Características da Unidade Gerenciada.** Inicialmente, a Unidade Gerenciada - Várzea do Carmo, por uma Portaria de 01/06/2017 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM, visando atender à demanda do município de Campinas e Região (41 Municípios), incluindo a dispensação de medicamentos a 19 Clínicas de Terapia Renal Substitutiva, 7 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) além de 2 Hospitais de Especialidades (Hospital Boldrin e Hospital Mario Gatti). Para melhor dispensação dos medicamentos, a unidade gerenciada, dispõe de dois programas: "Programa Remédio Agora", que se trata de um aplicativo (APP) que permite que os pacientes agendem a data e o horário para retirada dos medicamentos, confirmem e reagemem a presença nos atendimentos além de poder verificar a disponibilidade dos medicamentos e o "Programa Entrega de Medicamento por Malote aos Municípios", que consiste na distribuição de medicamentos através de malotes para 41 municípios pertencentes à região do Departamento Regional da Saúde (DRS) VII, 07 CAPS (Centros de Atendimento Psicossocial), 19 Clínicas de Nefrologia, contemplando também o Hospital Mario Gatti e Boldrin, proporcionando comodidade aos usuários, que retornam seus medicamentos no município de suas residências. Tem por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. Objetivando a continuidade dos atendimentos, a SPDM em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) firmou o Convênio 352/2020, assinado em 04/02/2020 com vigência prorrogada até 28/02/2025, através do 1º Termo Aditivo/2024, e o Convênio 472/2025, assinado em 20/03/2025 vigente até 20/03/2026, no valor global estimado em R\$ 5.251.388,04 (Cinco milhões, Duzentos e Cinquenta e Um Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Quatro Centavos), tendo por objetivo incorrer despesas com Custeio para a prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo e despesas com recursos humanos, para atendimento aos usuários da Farmácia do Componente Especializado do CEAF Campinas. De modo a cumprir o objeto dos Convênios firmados com a SES, a unidade gerenciada recebeu no exercício de 2025 repasses para Custeio de suas operações e montante de R\$ 4.727.156,70 sendo os valores de R\$ 351.000,00 referente ao Convênio 352/2020 - TA 01/2024 (08/03/2024 a 28/02/2025) e R\$ 4.376.156,70 referente ao Convênio 472/2025 (20/03/2025 a 20/03/2026).

1.1. Requisitos para Imunidade Tributária. Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regular a matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 48º do Estatuto Social); b) Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 48º do Estatuto Social); c) Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 23, XXV do Estatuto Social), são submetidos à análise de resultados e aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 41, I do Estatuto Social) e Assembleia Geral dos Associados (art. 16 V do Estatuto Social). **1.2 - Imunidade Tributária e característica da Imunidade:** A SPDM também se enquadra no conceito de imunidade das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 de Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 15 de Dezembro de 2021 regulamentada pelo Decreto 11.971/2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social. **1.3 - Requisitos para manutenção da Imunidade Tributária:** A Lei complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro 2023, em seus arts. 3º e 4º estabelece que farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta lei complementar, e que, atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, colaboradores ou beneficiários vantagens ou benefícios, diretos ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - Apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); IV - Mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor; V - Não distribua a seus conselheiros, associados, instituidores ou beneficiários seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessação de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal; VI - Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, de quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 32 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas. § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede: I - a remuneração aos dirigentes não estatutários; e II - A remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições: a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de beneficiários ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal. § 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação e





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

continuação

8 – Relatório de Execução do Convênio

Relatório de Execução do Convênio 2025

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos – Total	-	19.185.812	-	19.447.333	-	38.633.145
Atendimentos Presencial – Total	-	110.147	-	111.832	-	221.979
Pacientes Atendimento Guichê	-	15.025	-	18.565	-	33.590
Pacientes Atendimento Triagem	-	22.631	-	24.590	-	47.221
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora"	-	72.491	-	68.677	-	141.168
Atendimentos Municipios - Total	-	490.667	-	516.859	-	1.007.526
Pacientes Atendimento Municipal - Alto Custo	-	490.667	-	516.859	-	1.007.526

(*) Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decréscimo, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

(**) Programa Medicamento em Casa se encerrou em 2020

8.1 – Relatório de Execução Orçamentária

Relatório de Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2025

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Convênio	R\$ 4.727.156,70	-
Receitas Financeiras	R\$ 9.021,27	-
Outras Receitas	R\$ 351,14	-
Total das Receitas	R\$ 4.736.529,11	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 3.912.677,13	-
Serviços de Terceiros	R\$ 1.220.938,02	-
Materiais e Medicamentos	R\$ 172.371,58	-
Outras despesas	R\$ 463.755,25	-
Total das Despesas	R\$ 5.769.741,98	-

9- Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017 e, ainda, através da Portaria SAS/MS nº 1.571, de 01 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 03/04/2024, com validade de 01/01/2018 à 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16

de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2.025 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa e totalizou R\$ 1.018.493,64 (Um Milhão, Duzentos Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos). 9.1- Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre Serviços Próprios: Conforme descrito no item 9, face à sua

condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei Complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2025, da Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 828.438,75 (Oitocentos e Vinte e Oito Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos). Em 2024, a referida Imunidade, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 803.208,03 (Oitocentos e Três Mil, Duzentos e Oito Reais e Três Centavos). 9.2 - Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2025 foi de R\$ 159.742,43 (Cento e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Três Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2024, esse montante foi de R\$ 199.071,64 (Cento e Noventa e Nove Mil, Setenta e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos). 9.3 - Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento: A Entidade usufruiu da Imunidade do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento no ano de 2025 o montante de R\$ 30.312,46 (Trinta Mil, Trezentos e Doze Reais e Quarenta e Seis Centavos). Em 2024 esse montante foi de R\$ 29.145,40 (Vinte e Nove Mil, Cento e Quarenta e Cinco Reais e Quarenta Centavos). 10 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2025, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.652,36; em 2024 estes valores apurados foram de R\$ 2.422,42. Em 2025 não houve outros trabalhos voluntário na unidade gerenciada. 11 - Exercício Social: Conforme estabelece o Art. 50 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2025.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor Presidente da SPDM

Dra. Cristianne Eserian Santa
Diretora Técnica - CRM: 63.641

Aline Fernanda dos Santos V. Custódio
Contadora - CRC ISP 298.438/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEFAMP) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Patrimônio líquido negativo e insuficiência de capital circulante líquido: Devido a unidade ter apresentado ajustes ou déficits operacionais acumulados em período anteriores resultou na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo" e ainda, índice negativo no CCL – Capital Circulante Líquido. As Demonstrações Contábeis mencionadas no primeiro parágrafo acima foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anterior-

mente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 02 de abril de 2026.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior

Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

